



Análise das estratégias reprodutivas camponesas na construção da autonomia de um agroecossistema em Campo Alegre de Lourdes, Semiárido baiano
Analysis of peasant reproductive strategies in the making of the autonomy of an agroecosystem in Campo Alegre de Lourdes, semi-arid Bahia

ARAÚJO, Eduardo Rodrigues¹; MONTEIRO, Denis², LIMA, Gildete Pereira de³, LEITE, Carlos Eduardo Oliveira de Souza⁴

¹ Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), eduardo@sasop.org.br;

² Secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia e Doutorando da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), denisagroecologia@gmail.com;

³ SASOP, gildete@sasop.org.br;

⁴ SASOP, caesleite@sasop.org.br.

Eixo temático: Economia dos sistemas agroalimentares de base agroecológica

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a evolução, entre 2007 e 2019, da autonomia de um agroecossistema no semiárido baiano. O estudo foi realizado com base no método *Lume* de análise de agroecossistemas. O índice de autonomia, no período, passou de 0,74 para 0,87, com evolução positiva nos parâmetros relacionados à base de recursos autocontrolada, que pode ser atribuída à ampliação do capital fundiário, à estruturação do agroecossistema com máquinas e equipamentos, à ampliação da capacidade de armazenamento de água, aumento da disponibilidade e da capacidade de estocagem de forragem para os animais e diversificação da produção para o auto-abastecimento alimentar e para comercialização. A trajetória da família gestora do agroecossistema mostra como políticas de combate à pobreza não devem ser compreendidas como compensatórias, mas que promover as habilitações do mais pobres contribui fortemente para o desenvolvimento dos territórios, promovendo segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: autonomia; sustentabilidade; análise econômico-ecológica de agroecossistemas; semiárido brasileiro.

Keywords: autonomy; sustainability; economic-ecological analysis of agroecosystems; brazilian semi-arid.

Introdução

A Agroecologia apresenta alternativas aos pressupostos da modernização conservadora da agricultura, em especial a ideia de maximizar os rendimentos de cultivos isolados sem preocupação com os efeitos ambientais e sociais. A Agroecologia utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais, e incentiva os pesquisadores a compreender e valorizar os conhecimentos e as técnicas dos(as) agricultores(as) e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (Altieri, 2009). As práticas que se orientam pelos princípios da agroecologia são culturalmente compatíveis com a lógica camponesa, pois combinam conhecimento tradicional com elementos da ciência agrícola moderna. Portanto, o campesinato se configura como o elemento estruturante da ciência agroecológica e o principal ator de implementação das práticas agroecológicas (Perez-Cassarino et al., 2015).



A perspectiva analítica baseada na Agroecologia e no enfoque sistêmico requer analisar as trajetórias das famílias camponesas e a construção da reprodução social das suas economias. Um elemento central na análise da sustentabilidade de um agroecossistema se refere aos níveis de autonomia alcançados por meio das estratégias de reprodução econômico-ecológica adotada pelo núcleo social de gestão do agroecossistema (NSGA), ou seja, à avaliação do grau de governabilidade exercido pelo NSGA sobre os fluxos de recursos mobilizados no processo de trabalho e sobre as relações sociais aí implicadas e do nível de atendimento dos bens de consumo necessários à reprodução técnico-econômica do agroecossistema e à reprodução biológica e social do NSGA.

O artigo tem por objetivo analisar a evolução, entre 2007 e 2019, do atributo sistêmico autonomia ao longo da trajetória de uma família em transição agroecológica no semiárido baiano. A família é assessorada pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e integra o Projeto Pró-Semiárido, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do governo do estado da Bahia, através de uma parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no agroecossistema gerido pelo casal Reginaldo e Ivone, da comunidade Travessão, município de Campo Alegre de Lourdes.

A equipe técnica do SASOP realizou visitas à família entre abril e maio de 2019, quando foram utilizadas ferramentas participativas: travessia pelo agroecossistema, construção do mapa da propriedade e da linha do tempo do agroecossistema. Estas ferramentas fazem parte do Lume: método de análise econômico-ecológico de agroecossistemas (Petersen et al., 2017).

A partir da construção da linha do tempo foi identificado o ano de 2007 como marco para análise da autonomia, pois em 2006 a família passou a participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em 2007 teve as primeiras interações com o SASOP, ingressando numa trajetória de inovação orientada pela noção de convivência com o semiárido e pelos princípios da Agroecologia.

O atributo autonomia foi avaliado a partir de treze parâmetros divididos em dois campos: base de recursos autocontrolada e recursos produtivos mercantis. São os seguintes os parâmetros avaliados sobre a autonomia frente aos recursos mercantis: terra de terceiros; sementes, mudas, material propagativo, crias; água; fertilizantes; forragem/ração e trabalho de terceiros. Já os parâmetros da base de recursos autocontrolada são: autoabastecimento alimentar; equipamentos/ infraestrutura; força de trabalho; disponibilidade de forragem/ração; fertilidade do solo; disponibilidade de água; biodiversidade e disponibilidade de terra.

A análise da autonomia foi feita pela equipe do SASOP com base na interpretação das mudanças ocorridas entre 2007 e 2019. Foram atribuídas notas para os



parâmetros, em uma escala de 1 (autonomia muito baixa do agroecossistema em relação àquele parâmetro) a 5 (muito alta). As notas geraram um gráfico tipo radar.

Resultados e Discussão

Reginaldo e Ivone se casaram em 1996. Suas duas filhas nasceram em 1997 e 1999. Durante os primeiros anos de casados, trabalhavam nas terras do pai de Reginaldo, cultivando lavouras temporárias e criando uma pequena quantidade de ovelhas, vacas, galinhas e porcos. Em 2001 conseguem 12 hectares por doação do pai de Reginaldo.

Grisa e Schneider (2015) identificam três gerações de políticas para agricultura familiar, desde a Constituição Federal de 1988. Reginaldo e Ivone acessaram diversas políticas, das três gerações. Da primeira geração, o crédito Pronaf, utilizado para construção da primeira cisterna, em 2001 e o seguro safra (2009 a 2015). Da segunda geração, as políticas sociais, auxílio gás em 2002, e Bolsa Família de 2004 a 2012. Desde 2003, passaram a ter grande relevância as políticas da terceira geração, que têm como referencial a construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade, impulsionadas pelo programa Fome Zero e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A família participou, em 2012 e 2013, de ações dos programas de convivência com o semiárido coordenados pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA): os Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Desde 2017, participam do Programa Pró-Semiárido, que proporciona assessoria técnica, intercâmbios e o acesso a infra-estruturas e equipamentos. Duas outras políticas públicas beneficiaram a família, o projeto Cabra Forte, do governo do Estado da Bahia, que viabilizou a construção do poço artesiano comunitário em 2001, e o Luz para Todos, programa federal que garantiu à comunidade acesso à energia elétrica em 2007. Em 2015, uma das filhas do casal começou a estudar na Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Apesar dos direitos das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto serem reconhecidos desde 1989 pela Constituição do Estado da Bahia, foi somente em 2019 que a comunidade protocolou, junto ao governo da Bahia, pedido de reconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto.

A família, no período da pesquisa de campo, utilizava uma área de aproximadamente 100 hectares e organizava a produção através de seis subsistemas: Ovinos; Bovinos; Suínos; Quintais; Abelhas e Roçados (ver figura 2).



Figura 2. Fotos de alguns subsistemas manejados pela família.

A evolução da autonomia do agroecossistema no período de referência é representada graficamente a seguir:



Figura 3. Evolução dos parâmetros utilizados para análise da autonomia do agroecossistema no período de referência (2007 a 2019).

O índice de autonomia (0 a 1), evoluiu no período de 0,74 para 0,87. Percebe-se maior evolução nos parâmetros dispostos a direita do gráfico, associados à base de recurso autocontrolada pelo NSGA, composta por objetos de trabalho (terra, biodiversidade, água), instrumentos de trabalho (equipamentos e infraestruturas) e pela força de trabalho do NSGA. Bens e serviços mobilizados por relações de reciprocidade



também integram a base de recursos autocontrolada. Percebe-se uma evolução positiva nos níveis de autonomia do agroecossistema na avaliação dos parâmetros relacionados à base de recursos autocontrolada. Esta evolução pode ser atribuída à ampliação do capital fundiário da família, com a compra dos 70 hectares de terra em 2010, à estruturação do agroecossistema com a aquisição de máquinas e equipamentos que intensificam os fluxos entre os subsistemas, à ampliação da capacidade de armazenamento de água com a construção do barreiro trincheira, ao fortalecimento da disponibilidade e capacidade de estocagem de forragem para os animais e a diversificação da produção, para o auto-abastecimento alimentar, com intensificação do cultivo de roçados, hortaliças e frutas, e para comercialização, como o início da apicultura em 2015.

Já nos parâmetros dispostos na porção esquerda do gráfico, relacionados aos recursos produtivos mercantis, não há variações tão significativas nos níveis de autonomia no período considerado, excetuando-se a avaliação do parâmetro forragem/ração, cujos níveis de autonomia apresentaram pequena evolução, e o aumento da dependência de contratação de trabalho de terceiros. O agroecossistema apresenta forte autonomia frente ao mercado em relação aos recursos produtivos utilizados.

A partir de uma análise da integração entre os subsistemas, é possível afirmar que a família encontrou um modo equilibrado de ativação ou desativação dos subsistemas ao longo da sua trajetória. Outro aspecto importante a ser destacado é que a família não recorre à pluriatividade para complementação da renda das atividades agrícolas, dedicando-se integralmente à gestão do agroecossistema. Este fato reforça a solidez alcançada na autonomia do agroecossistema ao longo do tempo, onde as atividades agrícolas proporcionam uma renda condizente com as necessidades reprodutivas da família.

Conclusões

A evolução positiva da autonomia do agroecossistema analisado, entre 2007 e 2019, mostra o papel positivo exercido pelas redes sociotécnicas do território, que foram capazes de acionar políticas públicas que combinam processos de formação e intercâmbio, incentivo à experimentação orientada pelos princípios da agroecologia e apoio material para a construção de infra-estruturas e aquisição de equipamentos. As inovações incorporadas pela família no período contribuíram para a ampliação da base de recurso autocontrolada.

Tomando como referência a noção de habilitações (*entitlements*) (SEN, 2000), é possível afirmar que as políticas públicas acessadas pela família desde 2001 as promoveram ativamente, desde o acesso à energia elétrica, passando pelas infraestruturas que garantiram acesso à água ou qualificaram os sistemas de criação animal, passando pelas políticas emergenciais para que a família pudesse enfrentar anos de seca severa, até as ações de formação e assessoria técnica que promoveram intercâmbios de conhecimentos. A história da família de Reginaldo e Ivone mostra



como políticas de combate à pobreza não devem ser compreendidas como compensatórias, mas que promover as habilitações do mais pobres contribui fortemente para o desenvolvimento dos territórios, promovendo segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. p. 19-52 In: In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (organizadores). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D.; MAYER, P. H. ; BRANDENBURG, A. **Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica**. Cronos (Natal. Impresso), v. 14, p. 129-152, 2015.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. M. da; FERNANDES, G. B.; ALMEIDA, S. G. de. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246 p.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006a. p. 13-56

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 461 p.